

“DO VERBO AO SUBSTANTIVO: A DINÂMICA DE INVENTARIAR NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOINVILLE-SC ”

Eliandro Jaques Gonçalves

218ª Defesa

18 de fevereiro de 2025

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso, (Orientadora/UNIVILLE);

Prof. Dr. Carlos Magno de Souza Paiva (Membro externo/UFOP);

Profa. Dra. Ilanil Coelho (Membro interno/UNIVILLE);

Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Areas (Membro interno/UNIVILLE).

Resumo

Esta dissertação investiga a dinâmica de inventariar no contexto do patrimônio cultural de Joinville – SC, por meio de uma abordagem interdisciplinar que articula Direito, Patrimônio Cultural e Gestão Pública. O foco recai sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ), regulamentado pela Lei Complementar Municipal nº 363/2011, cuja análise busca responder à seguinte questão central: o IPCJ, ao impor restrições de direitos, possui fundamentação jurídica adequada e efetividade como instrumento de preservação cultural e produção de conhecimento? Para tanto, foram definidos três objetivos principais: (1) avaliar a base normativa do IPCJ e os efeitos jurídicos atribuídos ao inventário; (2) examinar se sua estrutura jurídica interfere em sua função epistemológica; e (3) analisar seu impacto como ferramenta de gestão cultural. A pesquisa combina revisão bibliográfica, análise legal e investigação empírica baseada em cerca de 1.500 páginas de documentos administrativos relativos a dez processos de inventário, fornecidos pela Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (Secult). A dissertação organiza-se em três capítulos: o primeiro trata da evolução conceitual e técnica do inventário; o segundo analisa seu arcabouço jurídico e os limites impostos ao direito de propriedade; e o terceiro avalia o IPCJ enquanto instrumento de gestão, com estudo de caso documental. Os resultados demonstram que, embora o IPCJ contribua para a sistematização de informações e a valorização do patrimônio local, ele enfrenta lacunas normativas e desafios práticos que comprometem sua eficácia plena. Conclui-se que o IPCJ carece de maior clareza legal e integração com políticas públicas para cumprir de modo efetivo suas funções culturais, jurídicas e administrativas. Esta investigação integra a linha de pesquisa “Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” e está vinculada ao Grupo de Pesquisa Direito, Patrimônio, Desenvolvimento e Inovação (PODE), ambos do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).imônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).

Palavras-chave: Inventário do Patrimônio Cultural; Direito do Patrimônio Cultural; Lei Complementar nº 363/2011; Patrimônio Cultural de Joinville.